



Câmara Municipal de Porto Alegre

Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA, EM 27-05-2025.

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, às dez horas e oito minutos, reuniu-se na Sala 303 das Comissões Permanentes, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, Hamilton Sossmeier, Psicóloga Tanise Sabino e Luky Vieira, este em substituição ao vereador Gilvani o Gringo, que se encontrava em Licença para Tratamento de Saúde. Constatada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo, de imediato, aprovada a Ata da Reunião anterior, tendo sido dispensada a sua leitura. Acrescenta-se, ainda, que foi APROVADO, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, no dia vinte e sete de maio do corrente, o Parecer nº 040/25 (Projeto de Lei do Legislativo nº 050/25 – Processo nº 0213/25), de autoria do vereador Gilvani o Gringo. Após, a senhora Presidente prestou esclarecimentos sobre a pauta do encontro, destinada à realizar audiência pública para apresentação relatório de gestão da saúde do primeiro quadrimestre de dois mil e vinte e cinco, com base no § 5º do art. 36º, da Lei Complementar Federal nº 141/12, e, de imediato, registrou a presença dos senhores Fernando Ritter, Secretário da Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Cesar Sulzbach, Secretário Adjunto da SMS; Tatiane Martins dos Satnos, Diretora de Contratualização da SMS; Kelma Nunes Soares, Diretora de Planejamento da SMS; Marcos Slompo, Diretor-Geral do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas; Aline Medeiros, Diretora de Vigilância em Saúde da SMS; Denise Tessler Soltof, Diretora de Regulação da SMS; Vânia Maria Frantz, Diretora da Atenção Primária em Saúde da SMS; Rafael Abech Dias, representante da Ordem dos Advogados do Brasil; Luís Mattia, consultor do Hospital Moinhos de Vento, e Ana Coronel, Diretora do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS). Registra-se, ainda, que a senhora Presidente, vereadora Psicóloga Tanise Sabino efetuou a leitura do edital da presente audiência e informou sua publicação no Diário Oficial de Porto Alegre, em jornal de grande circulação e no site deste Poder Legislativo, em atendimento ao princípio da publicidade requerida na legislação vigente. Após, a senhora presidente passou a palavra ao Secretário Municipal de Saúde para sua apresentação. O senhor Secretário Municipal de Saúde, Fernando Ritter expôs um panorama da situação da saúde em Porto Alegre e na região metropolitana, destacando que, desde dois mil e dezenove, os municípios têm investido significativamente mais recursos próprios em saúde, com um crescimento de sessenta e dois por cento nesse investimento, enquanto o investimento do estado do Rio Grande do Sul cresceu quarenta e seis por cento. Enfatizou que os municípios aplicam mais de vinte por cento na saúde, superando o mínimo constitucional de quinze por cento, ao passo que a Secretaria de Estado da Saúde investe pouco mais de nove por cento, aquém dos doze por cento previstos na Constituição Federal. Este déficit estadual representa um bilhão e trezentos milhões de reais a menos na saúde do estado, sobrecarregando a capital. Mencionou que o recurso recebido para atender pacientes de fora de Porto Alegre não é suficiente para o volume de pessoas. Acrescentou que a inflação na saúde diminuiu o poder de compra do município, mesmo com o aumento do investimento. Salientou que, apesar de o Sistema Único de Saúde (SUS) ser universal e não ter preço, é delimitado por um orçamento finito. O senhor Secretário destacou o impacto da falência do IPE Saúde, plano de saúde do estado, resultando em crescente procura pelos serviços municipais de atenção primária e especializada, devido à diminuição da participação de hospitais filantrópicos que atendiam o IPE. Apresentou números que demonstram o crescimento de procedimentos no Hospital de Pronto Socorro (HPS) e no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV), mesmo com cortes de recursos por parte do Governo Estadual. Esclareceu que estes cortes são compensados com recursos próprios municipais. Como exemplo, citou a unidade de queimados do HPS, que possui quatro leitos habilitados e recebe noventa e seis mil reais por mês do estado, enquanto o custo mensal dos leitos é de dois milhões e quatrocentos mil reais. Afirmou que o município arca com a maior parte dos recursos. Criticou a medição por produtividade pelo estado para justificar cortes em hospitais de pronto socorro, onde a complexidade e o número de profissionais envolvidos em procedimentos de longa duração geram custos elevados. Informou que, devido ao financiamento, a admissão na unidade de queimados seria limitada a quatro pacientes, bancando com recursos próprios os residentes de Porto Alegre que excederem este número e não aceitando mais pacientes de fora. Embora o Governo Estadual tenha anunciado um aumento no repasse diário por leito, este valor não cobre o custo da diária de um leito de unidade de tratamento intensivo (UTI) para pacientes queimados. Foram apresentadas sugestões de encaminhamentos ao Governo Estadual que ainda não tiveram resposta, tais como: incentivo estadual para hospitais próprios municipais, compensação de perdas de arrecadação, criação de uma câmara de compensação para ressarcir municípios que atendem pacientes de fora de sua referência, tabela SUS diferenciada, distribuição per capita de recursos, reposição do teto MAC, em conjunto com o Governo Federal, e um recurso específico para a Operação Inverno. O senhor Secretário considerou o valor anunciado pelo Governo Estadual para a Operação Inverno insuficiente, mencionando que Porto Alegre investirá treze milhões de reais próprios, incluindo cem leitos e a abertura de dez unidades de saúde aos sábados e domingos, com um custo de dois milhões e trezentos mil reais apenas para as unidades básicas. Destacou que o estado repassará apenas cem mil reais para auxiliar na abertura de unidades com turno estendido. Solicitou ajuda dos vereadores para buscar recursos junto aos Governos Estadual e Federal para leitos extras de adultos, que representam a maior procura, e também pediátricos, lembrando que o repasse federal de quinhentos reais por diária de leito pediátrico é inferior ao custo de contratação, que é de oitocentos reais. O senhor Secretário apresentou uma linha do tempo de eventos relacionados à crise na saúde,

incluindo a visita do prefeito ao governador em vinte e quatro de março, audiência no Ministério Público em vinte e oito de março, reportagens sobre a crise em primeiro de abril, reunião com prefeitos da Grande Porto Alegre em dezessete de abril e reunião em vinte e três de abril. Ressaltou que ainda não houve melhora significativa nos recursos federais ou estaduais, além dos vinte milhões de reais da Operação Inverno e a possibilidade de habilitação de leitos pediátricos pelo Governo Federal. Mencionou viagem a Brasília com entrega de reivindicações e aguardo de retorno do Ministério da Saúde. Discorreu sobre a síndrome respiratória aguda grave (SRAG), mencionando o decreto de estado de emergência em dezesseis de maio. Apresentou dados que mostram um aumento de cento e quarenta e cinco por cento na procura por serviços de saúde na atenção primária e cento e sessenta e sete por cento nos prontos atendimentos por problemas respiratórios. Destacou que a faixa etária de zero a seis anos é a mais afetada. Informou o aumento no monitoramento e uso do medicamento Oseltamivir. As internações por problemas respiratórios cresceram desde janeiro, sendo a principal causa de internações de urgência no momento. Estudos preliminares indicam que pelo menos quinze por cento das pessoas internadas não passaram pela atenção primária, possivelmente devido à migração de planos de saúde privados, como o IPE Saúde. Sobre a vacinação, parabenizou os trabalhadores da SMS pela campanha Dia D, que aplicou mais de cinquenta e três mil doses de influenza e mais de sessenta mil doses totais, incluindo dengue, HPV e COVID. Manifestou preocupação com a baixa cobertura vacinal em crianças e solicitou o apoio dos vereadores para incentivar a vacinação de crianças, idosos e gestantes, ressaltando sua fundamental importância para evitar superlotação das emergências. Quanto à dengue, apresentou fatores determinantes para a sua ocorrência, como a adaptação do mosquito a Porto Alegre, as mudanças climáticas, o ambiente urbano favorável, alta densidade populacional, falta de cuidado da população e a aglomeração de pessoas com criadouros. Destacou que a população da região Sul é mais vulnerável por não ter passado por crises anteriores de dengue, resultando em uma população sem imunidade em relação ao vírus e seus sorotipos. Mencionou que a vacina está disponível para o público de dez a quatorze anos de idade, conforme autorização do Ministério da Saúde. Afirmou que a cidade está em situação de emergência devido à dengue, com taxa de incidência acima do limite endêmico, o que permite acessar recursos extraordinários. Informou que a maior concentração de casos é na zona norte. Detalhou as ações de combate, como o monitoramento, a aplicação de veneno em locais com casos confirmados e a introdução de um novo tipo de veneno residual em espaços públicos. Acreditava que o pior momento da epidemia já havia passado, com redução sensível no número de casos semanais. Apresentou o total de casos notificados em dois mil e vinte e cinco, casos confirmados e óbitos. Informou sobre o aumento da remoção de pacientes pelo SAMU para pronto atendimentos para hidratação e acompanhamento. Listou ações em andamento, como a ampliação do atendimento em unidades de atenção primária, a abertura de hospital de campanha, reforço do exército, ampliação da cobertura vacinal, uso de hemoglobímetro e testes rápidos. Mencionou que os testes rápidos foram introduzidos em vinte e oito de abril, estão sendo disponibilizados em mais unidades e auxiliam a desafogar emergências, mas não há previsão para toda a cidade. Apresentou a Rede de Saúde de Porto Alegre, com cento e trinta e quatro unidades de saúde, vinte e quatro equipes multiprofissionais, dezesseis centros de atenção psicossocial (CAPS), além de equipes especializadas. Relatou os investimentos em obras, destacando vinte obras a serem financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), incluindo a construção de novas unidades de saúde, CAPS, policlínicas e reformas em hospitais como HPS e HMIPV. Exibiu imagens de obras em andamento e adequações estruturais. Esclareceu que o financiamento do BID foi autorizado pela Câmara Municipal e que o acordo com o Grupo Hospitalar Conceição (GHC) definiu responsabilidades para as unidades de saúde Jardim Leopoldina e Coinma. Mencionou que os processos para as obras foram para o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) para análise de bacias de contenção. Na parte financeira, mostrou que a aplicação de recursos próprios municipais em saúde é alta, enquanto a participação do estado é baixa. Reiterou que o estado não aplica os doze por cento constitucionais e comparou o orçamento de saúde do Rio Grande do Sul com o de Paraná e Santa Catarina, evidenciando o baixo investimento estadual. Defendeu a cobrança do cumprimento do mínimo constitucional aos candidatos ao Governo Estadual nas próximas eleições. Apresentou dados sobre emendas parlamentares federais, estaduais e municipais, seus valores empenhados e executados. Discorreu sobre a cobertura da atenção primária, que se manteve constante em número de equipes, mas teve a porcentagem de cobertura reduzida devido à atualização dos dados sobre a população pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Destacou a ampliação das equipes multiprofissionais (eMulti), presentes em cinquenta e três por cento das equipes. Detalhou a composição das equipes e apresentou dados preliminares que indicam uma redução significativa nos encaminhamentos para saúde mental, nutrição e pediatria nas áreas onde atuam as eMulti. Ressaltou que estas equipes atendem exclusivamente moradores de Porto Alegre. Informou que a cobertura de saúde bucal se mantém estável. Em recursos humanos, indicou que quase sessenta por cento dos trabalhadores da SMS são servidores municipais. Informou que trinta e uma pessoas foram chamadas por concurso no período, mas houve oitenta e quatro afastamentos. Sobre os agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias, afirmou que não basta chamar os aprovados, é preciso custear, pois o Governo Federal banca apenas parte das despesas, sendo o custo municipal superior ao repasse federal. O senhor Secretário Adjunto César Sulzbach complementou informando que foi solicitada à Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio (SMAP) a nomeação de vinte agentes comunitários de saúde e dezoito agentes de combate à endemia em fevereiro, e que o processo está em fase final de análise pelo comitê de despesa de pessoal. Apresentou dados de produção dos prontos atendimentos, com alto número de atendimentos, sendo oitenta e oito por cento dos atendimentos a pacientes de Porto Alegre e doze por cento de outros municípios. Ressaltou que os pronto atendimentos foram planejados para Porto Alegre, embora não se possa proibir o atendimento de pessoas de fora. Mencionou que os pacientes menos graves aguardam mais, enquanto os graves são priorizados. Forneceu dados sobre atendimentos em emergências de saúde mental e produção em equipes especializadas, CAPS e eMulti. Informou sobre a contratação da Associação Hospitalar Vila Nova para implementar cinco novos CAPS. Mencionou que a abertura dos novos CAPS visa alinhar a rede de atenção psicossocial ao modelo nacional. Relatou a reabertura de estruturas de saúde mental atingidas pelas enchentes e o início de funcionamento de dois novos serviços residenciais terapêuticos. Observou um processo crescente de consultas especializadas. Apresentou um gráfico da fila de espera por consultas especializadas, indicando que, após um período de crescimento, atingiu um platô e começou a diminuir. A fila, no momento da apresentação, era de cento e sessenta mil pessoas, com expectativa de redução de cinco mil ao final de maio. Atribuiu a redução a um conjunto de ações, incluindo a implementação das eMulti, o aumento da oferta e programas de melhoria de acesso. Detalhou os atendimentos do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), com média de quinhentos e sessenta e nove ligações diárias, sendo as principais procuras por atendimentos clínico, trauma e psiquiátrico. Destacou as três mil e quinhentas ligações psiquiátricas mensais e mencionou o trabalho conjunto para capacitar equipes no manejo de crises de saúde mental. Sobre internações

hospitalares, informou que trinta e três mil autorizações foram para moradores de Porto Alegre e vinte e quatro mil para moradores do interior. Embora Porto Alegre represente cinquenta e oito por cento das autorizações, o custo correspondente foi de quarenta e três por cento enquanto os pacientes de fora representaram cinquenta e cinco por cento do custo, indicando que chegam em estado mais grave. Argumentou que é preciso resolver problemas menos graves nos municípios de origem. Apresentou números do HMIPV e do HPS. Falou sobre o programa Melhor em Casa, com dezoito equipes e média de seiscentos e sessenta e três pacientes mensais, evitando internações. Ressaltou a importância deste programa para evitar agudização de pacientes crônicos. Apresentou indicadores de saúde, como a estimativa preliminar de mortalidade infantil, mortalidade materna, cobertura de exames para câncer de colo do útero e mama. Informou sobre casos de sífilis em gestantes e congênita, com redução de quarenta e cinco por cento nos novos casos de sífilis, superando a meta. Destacou que não houve casos de transmissão vertical de HIV no ano, mantendo a taxa abaixo da meta. Apresentou dados de testes rápidos realizados e suas taxas de positividade. Reportou que a cobertura vacinal geral está superior à do ano anterior, embora a febre amarela apresente menor resposta às campanhas. Finalizou a apresentação listando eventos e ações realizadas no quadrimestre, como a conferência de saúde do trabalhador, ações de Janeiro Branco, comemorações no Banco de Sangue do HPS, Fórum de Saúde Digital, introdução de raio-X portátil em centros odontológicos, seminário LGBTQI+, capacitação em transtorno do espectro autista, entrega de gibis sobre hanseníase, entrega de óculos, capacitação de agentes que atuam com adolescentes em medidas socioeducativas e o início do serviço de atendimento oftalmológico no Centro de Saúde IAPI e previsão de novos centros na Unidade de Saúde Santa Marta e na Restinga. Após a apresentação, a senhora Presidente abriu espaço para a manifestação dos vereadores. O vereador Aldacir Oliboni iniciou sua fala questionando quem foi convocado para a reunião, notando a ausência dos representantes do Governo Estadual, do Ministério da Saúde e do Controle Social. Sugeriu que a COSMAM encaminhe formalmente uma cobrança ao Governo Estadual pelo não cumprimento do investimento mínimo de doze por cento previsto na Constituição e que o Ministério Público seja convidado para todas as audiências. Embora reconheça a universalidade do SUS, concordou com a necessidade de outros órgãos reporem os recursos devidos para não sobrecarregar o município. Questionou a recusa da gestão do Pronto Atendimento Bom Jesus em responder às perguntas da COSMAM em visita. Indagou sobre a situação do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, descrevendo-o como um depósito de seres humanos pela superlotação e falta de médicos para saúde mental, mencionando a demora na contrarreferência. Mencionou a solicitação do Centro de Referência do Transtorno Autista (CERTA) por aumento de servidores e a necessidade de reforçar o apoio a esta demanda. Questionou o andamento e o planejamento para a construção das unidades de saúde financiadas pelo BID, como a Unidade de Saúde Vila Conceição e as Unidades de Saúde Leopoldina e Coinma, notando que os projetos ainda não foram enviados à Câmara Municipal para autorização. Indagou sobre a falta de vacinas e sugeriu o envio de documentos ao Ministério da Saúde. Perguntou sobre o projeto de construção do HMIPV. Cobrou transparência na execução das emendas parlamentares para evitar a perda de recursos. Questionou sobre o chamamento de concursados para agentes de saúde e endemias. Reconheceu o valor do trabalho realizado e o status de Porto Alegre como referência, oferecendo a parceria da COSMAM. Em prosseguimento, a vereadora Cláudia Araújo reconheceu as dificuldades financeiras, mas questionou sobre questões não abordadas na apresentação. Indagou sobre a situação da ortopedia adulta, mencionando o crescimento da fila e a desproporção entre novos casos e a oferta de cirurgias. Sobre a dengue, defendeu a importância do teste e criticou a falta de vacinas para os agentes de combate a endemias. Mencionou o fechamento de emergências em hospitais conveniados e o recente fechamento da emergência do GHC. Questionou a situação da vacinação de pessoas acamadas, relatando ter recebido queixas. Por fim, buscou informações sobre a situação da distribuição de fraldas para pacientes atípicos, mencionando problemas na quantidade recebida nas farmácias conveniadas. Em seguida, o vereador Luky Vieira abordou a questão das equipes multiprofissionais. Questionou se há intenção de aumentar o número dessas equipes para abranger toda a cidade, reconhecendo os dados positivos apresentados. Comentou sobre o Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, observando melhora na agilidade dos atendimentos, mas ressaltando a necessidade de as unidades de saúde da região se tornarem mais eficazes para aliviarem a sua lotação. Dando continuidade, o vereador Hamilton Sossmeier destacou o alto número de internações de pacientes de fora de Porto Alegre e o baixo valor de emendas estaduais. Manifestou apoio à ação da COSMAM para cobrar mais recursos do Governo Estadual, considerando que Porto Alegre não conseguirá resolver a situação sozinha sem a participação estadual. Observou que municípios do interior costumam encaminhar casos complexos para a capital. A seguir, a senhora Presidente solicitou mais informações sobre os cinco novos CAPS. Questionou sobre a contratação das clínicas conveniadas para atendimento de autismo, seu funcionamento e impacto na melhoria do atendimento aos autistas e na gestão do CERTA. Reforçou a preocupação com a situação da saúde mental no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, relatando experiência em visita e queixas recebidas sobre ameaças de servidores e falta de privacidade nos banheiros. Indagou sobre o andamento do aditivo de vinte e cinco por cento para o CERTA, visando a contratação de mais fonoaudiólogos e psicólogos. Sugeriu o uso de espaço no Hospital Psiquiátrico São Pedro, onde o CERTA já está localizado, para o futuro CERTA Mais, considerando a localização central ideal para o atendimento de autistas acima de doze anos. Por fim, perguntou se há previsão de chamamento de concursados para agentes comunitários de saúde. Em resposta aos questionamentos, o senhor Secretário Fernando Ritter esclareceu ao vereador Aldacir Oliboni que, embora o recurso do SUS seja universal, o recurso próprio do município pode ser direcionado para atender exclusivamente os munícipes. Informou que a Secretaria pretende readequar os contratos para priorizar o atendimento de residentes de Porto Alegre com recursos próprios, citando o HPS e HMIPV. Afirmou que casos de urgência serão acolhidos, mas os atendimentos eletivos que se agravam serão direcionados para munícipes. Sobre os prontos atendimentos, informou que as obras em andamento sofreram atrasos devido à pandemia. Mencionou que está em trâmite junto ao Governo Estadual um aporte de onze milhões e meio de reais para concluir as obras dos dois prontos atendimentos, o que facilitará o processo. Em relação ao Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul e saúde mental, reconheceu a preocupação. Declarou que o modelo de atendimento emergencial em saúde mental utilizado faliu e que a situação será equalizada com a implementação dos cinco novos CAPS. Confirmou que os cinco CAPS serão de nível três, com funcionamento vinte e quatro horas, e que a previsão de funcionamento de três das unidades é até primeiro de setembro e das outras duas é até trinta de novembro. Mencionou que o Ministério da Saúde extinguiu os CAPS nível quatro, que obrigavam a presença de psiquiatras vinte e quatro horas, o que, em sua opinião, foi uma leitura equivocada. A tendência é desidratar o processo de emergencialização com a abertura dos CAPS vinte e quatro horas, buscando remodelar o atendimento psiquiátrico nas emergências em geral. Sobre o CERTA, o senhor Secretário Adjunto César Sulzbach explicou que está tramitando um aumento de vinte e cinco por cento na capacidade, o que exige um aporte extraordinário de recursos municipais. Informou que o processo foi devolvido pela Procuradoria Geral do Município

(PGM) ao comitê gestor do CERTA para atualização do plano de trabalho, pois não é possível autorizar o aumento de horas sem justificção da necessidade. Esclareceu que o CERTA também é custeado pela educaço e que já há pré-empenho dos recursos da saúde e educaço, faltando resolver a questõ burocrática da atualizaço do plano. Sobre as clínicas contratadas para autismo, o senhor Secretário Fernando Ritter informou que estão funcionando bem e que a Secretaria lançará um novo edital para contratar mais clínicas, considerando o modelo bem-sucedido e com resultados significativos. O senhor Secretário Adjunto César Sulzbach acrescentou que, com uma emenda parlamentar, foi possível agregar mais duzentos e oitenta atendimentos a pacientes com transtorno do espectro autista (TEA) na Invatec, uma das entidades habilitadas em edital anterior. Quanto à construçõ das unidades de saúde e financiamento BID, o senhor Secretário afirmou que o projeto foi aprovado na Câmara Municipal e que o processo de licitaço será conjunto, incluindo projeto e obra, para ganhar tempo. Informou que obras como HMIPV foram modificadas devido às enchentes para relocar maquinário e que outras unidades dependem da análise do DMAE sobre bacias de contençõ. Em relaço à disponibilidade de vacinas, o senhor Secretário disse que a Secretaria notifica semanalmente o Ministério da Saúde e o Governo Estadual sobre a sua falta. Expressou surpresa com a falta da vacina de COVID. Concordeu com o vereador Oliboni e a vereadora Cláudia Araújo sobre a importância da vacina da dengue e a necessidade de disponibilizá-la para a linha de frente, como agentes de combate a endemias e profissionais de saúde. Sugeriu que a dengue pode não ser prioridade em nível federal por ter migrado para o Sul, uma populaço mais suscetível. Sobre a vacinaço de acamados, reconheceu que é um esforço grande e que, embora mais de cinco mil já tenham sido vacinados, pode ter ocorrido falhas pontuais; orientou que se entre em contato pelo número oficial da Prefeitura ou WhatsApp da unidade de saúde para solicitar. Em relaço às emendas parlamentares, disse que a Secretaria chamará os vereadores para dar retorno sobre a execuço. Referente à ortopedia, o senhor Secretário informou que os serviços estão no limite da capacidade. Para reduzir a fila, seria necessária a correço do valor da tabela SUS, pois o custo das próteses é alto, e a retomada de cirurgias ortopédicas nos hospitais da região metropolitana. Mencionou o programa de melhoria de acesso a especialistas e a iniciativa federal de contratar serviços privados para cirurgias, mas destacou que ainda não há recurso liberado para o componente cirúrgico. Sobre a distribuço de fraldas, explicou que o município aderiu a um programa federal via farmácias populares. Reconheceu que há problemas na quantidade recebida pelos usuários devido às regras do programa e que a Secretaria questionará o Ministério da Saúde sobre isso. A seguir, a senhora Presidente abriu espaço para falas dos demais presentes na reuniõ. A senhora Ana Coronel reconheceu o caos instalado pela superlotaço na média e alta complexidade do município e mencionou que chamou a atenço do sindicato o fato de que a situaço dos profissionais de saúde não é mencionada nas apresentaçoes, na mídia ou por aqueles que dominam o assunto. Enfatizou que a saúde desses profissionais está comprometida em vários aspectos. Pediu aos parlamentares, secretários e seus assessores que olhem com mais cuidado para esses profissionais, afirmando que não existe saúde se não houver um profissional valorizado, tanto em termos de saúde física e mental quanto de remuneraço, referindo-se a estudo do sindicato que aponta serem os médicos os profissionais de nível superior proporcionalmente mais mal pagos do município, ficando apenas acima dos professores. Em resposta, o senhor Secretário reconheceu o esgotamento dos trabalhadores da saúde. Concordeu que a situaço dos profissionais, incluindo saúde física, mental e remuneraço, precisa ser olhada com cuidado. Relacionou o esgotamento a situaçoes de estresse e dificuldade em manter profissionais em alguns locais. Afirmou que a luta por mais recursos e melhorias visa também a valorizaço dos trabalhadores. Mencionou a expansõ das equipes multiprofissionais como uma açõ que considera a saúde do trabalhador. Planeja adicionar mais dez equipes e, idealmente, mais vinte e quatro para atingir cem por cento de cobertura. Convidou o SIMERS a visitar emergências e prontos atendimentos de hospitais da região metropolitana para contextualizar a situaço de Porto Alegre. Após ouvir todas as manifestaçoes, a senhora Presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: a) envio de ofício ao Ministério da Saúde tratando dos problemas relativos à disponibilizaço de fraldas para crianças atípicas; b) envio de ofício ao Ministério da Saúde solicitando a disponibilizaço de vacinas contra a dengue para profissionais de saúde e c) envio de ofício ao Governo Estadual cobrando o cumprimento de investimento mínimo constitucional de doze por cento na saúde. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcriço, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças e o relatório de gestõ apresentado neste evento. Às doze horas e quatro minutos, nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada esta Reuniõ. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pela senhora Presidente, vereadora Psicóloga Tanise Sabino.



Documento assinado eletronicamente por **Tanise Amalia Pazzim, Vereador (a)**, em 17/06/2025, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluçoes de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0909855** e o código CRC **005CDF84**.